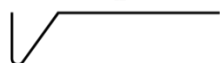


Repensando saberes: a decolonialidade como dispositivo de compreensão



Wesley Lima dos Santos¹

Resenha: REITER, Bernd. *Decolonizing the Social Sciences and the Humanities: An Anti-Elitism Manifesto*. Routledge; 1st edition (December 31, 2021), English

Bernd Reiter é professor de línguas e literatura clássicas e modernas na Texas Tech University e editor da série de livros *Decolonizing the Classics* da Routledge. Antes de ingressar na academia, trabalhou como assistente social e consultor de Organizações Não Governamentais (ONGs) no Brasil e na Colômbia. Obteve seu doutorado em política comparada pelo Centro de Pós-Graduação da City University of New York e foi pesquisador visitante na Alemanha, no Brasil, na Colômbia e na Espanha. Recebeu o prêmio *Fulbright Distinguished Chair* em Políticas Públicas, Brasil 2021–2022. O trabalho de Reiter se concentra em raça, democracia, cidadania e estudos decoloniais. Suas publicações incluem *The Dialectics of Citizenship* (2013), *Bridging Scholarship and Activism* (2014), *The Crisis of Liberal Democracy and the Path Ahead* (2017) e *Constructing the Pluriverse* (2018).

No livro *Decolonizing the Social Sciences and Humanities*, Reiter compila lições obtidas por meio de estudos de campo sobre uma sociedade indígena colombiana, uma comunidade quilombola na mesma nação, a religião afro-brasileira, o anarquismo espanhol e a

¹ Mestre e doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (PPGCS/EFLCH – Unifesp). E-mail: wlsantos@unifesp.br

democracia do conselho alemão, além de analisar ontologias e epistemologias não ocidentais em geral. Ele declara que, após a assimilação dessas lições, fica evidente que a civilização ocidental progrediu na individualização e no elitismo.

A estrutura de reflexão central do autor alude que, para além da versão eurocêntrica da história, há lógicas e formas de construção do saber anteriores e fundadoras do pensamento intelectual. Já no Capítulo 1, intitulado “*Decolonizing Epistemology: Fuzzy Logic*”², ele explora como a epistemologia ocidental, baseada na lógica aristotélica (que inspira diversos modelos binários rígidos), limitou a compreensão de outras formas de conhecimento. São citados pensadores como Quijano (2020) e Mignolo (2008) para sugerir que o colonialismo impôs uma lógica excludente ao mundo, negligenciando epistemologias mais “fuzzy” (não binárias) presentes em várias culturas pré-coloniais. A argumentação propõe substituir essa lógica aristotélica por epistemologias locais e situadas que valorizam a diversidade de pensamento (Reiter, 2021, pp. 19-20).

No Capítulo 2, Reiter usa o exemplo do candomblé (no Brasil) para ilustrar como a cidadania e a identidade nacional podem ser construídas de maneira inclusiva e ritualística, em contraste com os rígidos conceitos ocidentais de *jus sanguinis*³ e *jus soli*⁴. Ele denomina essa forma de cidadania de *jus ritualis*, que permite uma incorporação generosa e inclusiva de novos membros por meio de práticas culturais e espirituais (Reiter, 2021, pp. 40-41).

Reiter argumenta que essa forma de pertencimento apresenta uma alternativa de cidadania aplicável em sociedades pós-coloniais, em que as identidades culturais foram profundamente fragmentadas e desestruturadas pela história colonial e pelo tráfico de escravizados. Sendo assim, esses laços culturais e espirituais serviram como fator para construir laços comunitários por meio de rituais coletivos. Portanto, por esse prisma, em vez de se basear exclusivamente em critérios jurídicos ou étnicos, desafia a universalidade dos paradigmas de cidadania ocidentais.

Na sequência, em “*Decolonizing Republicanism: Maroon Republics*” (Capítulo 3), o estudo de caso é na Colômbia, nos quilombos da região de San Basilio de Palenque. Parte da

² O nome do capítulo faz referência à chamada Fuzzy Logic, que consiste em um modelo oposto à lógica binária/Booleana (modelo falso/verdadeiro ou 0/1), em que estruturas multivariadas são mobilizadas na resolução de problemas complexos (multifatoriais ou multivetoriais).

³ Jus sanguinis é o chamado direito através da descendência sanguínea ou simplesmente o “direito pelo sangue”. Consiste, em síntese, em garantias dadas (direito à cidadania) ao indivíduo de um país em razão de sua ascendência.

⁴ Jus soli é direito exercido através da condição de nativo ou de “filho da terra”, a depender da conceituação escolhida.

experiência sublinhada por Reiter nesse contexto sugere que existiam práticas de democracia participativa e igualitária muito antes do processo de colonização espanhola no país (em meados dos anos 1600).

O autor examina a experiência dos quilombos, em particular San Basilio de Palenque, na Colômbia, como exemplos de comunidades republicanas que praticavam uma democracia participativa e igualitária muito antes da colonização. Ele afirma que esses quilombos são os verdadeiros berços do republicanismo nas Américas e representam uma alternativa aos sistemas políticos excludentes ocidentais (Reiter, 2021, pp. 98-100).

O quilombo Kuagro é tido como uma organização resiliente e que, considerando sua origem em povos escravizados que foram levados para a Colômbia, apresentou autossuficiência e uma trajetória de resistência. Por um período, a etnia Kuagro serviu como uma espécie de grupo militar que garantiu a subsistência do quilombo, mesmo em contextos de maior atomização social e conflito entre o Estado colombiano e/ou outros grupos ancestrais. Palenque de San Basilio, assim como outros territórios quilombolas nas Américas, representa, portanto, a aplicação do conhecimento institucional político ancestral, trazido de diferentes partes da África e fundido nas Américas. Por conhecimento institucional, leia-se, entre outros elementos, a aplicação de uma variação da democracia (mesmo se pensada nos moldes ocidentais), que garantia a tomada de decisão por meio de participação coletiva.

Em termos conceituais, os Capítulos 4 e 5, denominados respectivamente como “*First People of the Americas: Lessons on Democracy, Citizenship, and Politics*” e “*The African Origins of Democracy*”, seguem na mesma direção do debate sobre democracia promovido no Capítulo 3. Tanto a experiência colonial nas Américas quanto o debate sobre origem do conceito de democracia promovem um tensionamento das narrativas científicas ocidentais.

Um exemplo desse tensionamento é o lugar-comum de que o berço da democracia na política clássica é a Grécia. De acordo com evidências recentes enumeradas pelo autor, a democracia era, de fato, praticada muito antes de Atenas clássica no Oriente Médio (entre os fenícios e os assírios), na Índia antiga e na China pré-confucionista (Frankforter, 1951; Isakhan e Stockwell, 2012; Robinson, 1997). Em sociedades africanas antigas, em que

práticas de autogoverno e igualdade prevaleciam, Reiter identificou a prática de decisões comunitárias como um elemento presente⁵.

Sendo assim, ele entende que essas práticas teriam supostamente afetado as estruturas sociais ocidentais e não o contrário. Ele é mais enfático ainda ao tomar uma lente analítica mais ampla e sugerir que a “civilização” (noção europeia) foi o movimento para destruir a *igualdade de gênero, o igualitarismo e o autogoverno democrático e substituí-lo pelo domínio masculino, pela hierarquia, pelo governo, pelo despotismo, pela aristocracia, pela realeza e pela democracia representativa* (Reiter, 2021, p. 99). A crítica à concepção eurocêntrica de progresso e civilização considera experiências de fora do continente europeu.

No tocante à narrativa hegemônica, Reiter sublinha a crítica de que a história mundial é a história civilizacional, ou seja, a maioria das formas de contar a história e ensiná-la adotam a versão europeia. As antigas sociedades democráticas normalmente não estavam interessadas em construir grandes monumentos, deixando-nos, portanto, poucos restos físicos (elemento que, na opinião do autor, atrapalha a compilação de evidências diretas).

Voltando a uma discussão conceitual, Reiter rememora⁶ a noção de democracia como um governo do povo ou governo de pessoas comuns (Reiter, 2021, pp. 100-101). Esse exercício de memória é usado como substância para apontar que a ideia de democracia não tem nada a ver com votação e eleições. Em suma, tomar decisões de interesse coletivo em conjunto não foi uma invenção grega; essa seria, então, uma prática muito mais antiga.

Na verdade, segundo a metodologia proposta, existem diversas provas de que os humanos tomavam decisões coletivas durante a maior parte de sua existência como espécie, ou seja, ao longo dos últimos 300 mil anos (Clastres, 1989; Service, 1975). Na construção argumentativa de Reiter, esse tipo de inferência costuma partir de um referencial da arqueologia. Uma das conclusões trazidas pelo autor nesse capítulo é a noção de que a verdadeira democracia que resistiu ao tempo manteve certa horizontalidade social e práticas igualitárias. Para comprovar isso, ele cita os *Bambenga, Mbuti, Batwa e Bayaka*, na África, além de casos na Ásia, povos nativos e indígenas americanos, os aborígenes australianos e outras sociedades das ilhas do Pacífico.

⁵ Em uma linha de pesquisa histórica/arqueológica.

⁶ Definição que parte do marcador grego.

O capítulo 6, chamado “*Decolonizing Representation: Possession*”, compila casos de possessão. Para tal exposição, são trazidos exemplos de culto de religiões de matriz africana no Brasil (caso do candomblé, também objeto de análise do Capítulo 2) e a religião Nahal, no México. O elemento essencial dessa seção é refletir sobre a noção de representação. Uma das experiências místicas geradas pelas possessões nesse caso é a possibilidade de que entidades espirituais ancestrais “façam” à comunidade (muitas vezes, até indicando quem deve se candidatar a um determinado cargo de liderança espiritual). Na análise de Reiter, esse processo oferece uma perspectiva única sobre o que significa ser representado, além de sugerir que essa prática resgata vozes marginalizadas e pode contribuir para uma compreensão mais holística e inclusiva da representação.

Ao listar seus achados, o autor fala ainda de como, no candomblé, cada Orixá representa um arquétipo (conjunto de características). Tornar-se possuído pelo Orixá significa conectar-se a esse arquétipo, e isso implica um alívio emocional em uma espécie de conexão com os ancestrais. Além desse caráter que associa a possessão com a conexão para buscar conselhos ancestrais dos sábios, o autor usa esse modelo de representação para traçar esses paralelos com as noções de democracia e política.

Encaminhando para os capítulos finais, a seção 7 expande o debate para um segundo campo, dessa vez nas ciências sociais aplicadas: a economia. Assim como na política, Reiter pensa a economia como um campo em que a colonização intelectual e o domínio europeu aparecem com forte intensidade. No processo de consolidação da economia como campo do saber, seu *status* foi cada vez mais se consolidando como uma ciência de alta confiabilidade, especialmente em razão do emprego de técnicas estatísticas e modelos formais de análise, assim como permaneceu uma ciência predominantemente masculina, pondera Reiter (2021, p. 128).

De modo mais geral, a pesquisa utiliza de alguns exemplos de abordagens coletivas (ou comunitárias) e de arranjos econômicos que têm como meta uma estrutura mais comunitária e menos individualizada. Um dos exemplos trazidos são as microfinanças e contas coletivas em Gana (Reiter, 2021, p. 128), com exemplos de crédito cooperativo⁷.

⁷ Além de reservas financeiras coletivas para custear ações como enterros e necessidades essenciais de membros de determinados povoados.

Além desses, há exemplos brasileiros sobre as ações de mutirão (com estudos sobre habitação e ações no contexto rural).

Finalmente, o Capítulo 8, intitulado “*Anti-Elitism*”, é construído como uma espécie de manifesto antielitista. Reiter grifa que o elitismo ocupa diversos lugares que vão desde a política, passando pelo debate na economia, hábitos sociais e cultura. A história contada na figura dos “grandes homens” é um ponto de incômodo (Reiter, 2021, pp. 140-142). A ruptura proposta por Reiter é que nos afastemos de uma vida ancorada na crença de que precisamos de líderes, ídolos, heróis e celebridades⁸ em nossa consciência. Ainda, é preciso comentar sobre como a cultura elitista está interligada com a concepção de que há pessoas melhores do que outras (uma espécie modelo aristocrático), como analisa o autor (Reiter, 2021, p. 150).

Dentro da lógica de reprodução elitista, um dos espaços destacados no capítulo é o ambiente universitário. Citando o contexto brasileiro (Universidade de São Paulo – USP – e universidades federais), o autor fala da baixíssima proporção de alunos pretos, pardos e indígenas nesses espaços no início dos anos 2000. Para o autor alemão, na prática, o vestibular opera como um dispositivo elitista de seleção, que, no limite, separa por raça e por classe, os habilitados ou não a acessar o ambiente acadêmico. Por outro lado, avalia positivamente a política de cotas e como ela contribuiu para a diminuição dessas assimetrias⁹ (Reiter, 2021, p. 145).

Em síntese, Bernd Reiter contribui para o debate sobre as ciências sociais e humanas, sustentando que a autêntica descolonização envolve a libertação da cultura de elite que a civilização ocidental tem incentivado de forma contínua. Essa cultura emoldura elementos comportamentais, de constituição do Estado, de manifestações religiosas e, especialmente, lentes de construção científica¹⁰.

O pano de fundo da discussão é o tensionamento dos chamados mitos brancos ocidentais. Por meio desses mitos, na leitura de Reiter, há a reprodução das lógicas de controle para tratar o conhecimento ocidental como o único conhecimento relevante e

⁸ Cita influencers e o espaço digital como um catalisador desse processo de veneração de lideranças.

⁹ A Lei 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas, foi aprovada em 2012 em nível federal. Mais tarde, as estaduais paulistas também seguiram políticas próprias de adesão às diretrizes de cotas étnico-raciais (Unesp e Unicamp em 2017 e USP em 2018).

¹⁰ A abordagem é similar à proposta de Taddei (2017) ao explorar a relação entre a meteorologia e seus modelos matemáticos importados das *hard sciences* e o saber popular das pessoas que trabalham com agricultura.

estruturado. A partir disso se fundam as bases do eurocentrismo, que deságua em assimetrias sociais (ou hierarquizações sociais), como é o caso do homem branco como perfil universal (ou normal) e do racismo.

Por fim, cabe destacar que a obra tem um percurso teórico rico em exemplos capazes de ilustrar ideias de superação de práticas coloniais e lentes eurocêntricas. *Decolonizing the Social Sciences and Humanities*, de Bernd Reiter, é uma obra ousada e intelectualmente provocadora, pois desafia os fundamentos epistemológicos das ciências sociais, revelando os limites das perspectivas ocidentais e oferecendo alternativas profundamente enraizadas em tradições não eurocêntricas (caso da noção clássica de democracia e nos percursos que podem ser redirecionados nesse debate). A abordagem se mostrou acessível e compreensível em termos técnicos, tornando-a útil para pesquisadores comprometidos com a decolonialidade do saber e para aqueles que também não o são.

Referências

CLASTRES, Pierre. *Society against the State*. New York: Zone Books, 1989.

FRANKFORTER, Henri. *The Birth of Civilization in the Near East*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1951.

ISAKHAN, Benjamin; STOCKWELL, Stephen (eds.). *The Secret History of Democracy*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

MIGNOLO, Walter. “The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference”. In: MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos A. (eds.). *Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate*. Durham: Duke University Press, 2008, p. 225-258.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. *Nepantla: Views from South*, vol. 1, Issue 3, 2000, pp. 533-580.

REITER, Bernd. *Decolonizing the Social Sciences and the Humanities: An Anti-Elitism Manifesto*. Routledge; 1st edition, 2021.

ROBINSON, Eric. *The First Democracies*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1997.

SEN, Amartya. Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory”. *Philosophy and Public Affairs* 6 (4, Summer), 1977, p. 317–344.

SERVICE, Elman. *Origins of the State and Civilization*. New York: W. W. Norton, 1975.

TADDEI, Renzo. *Meteorologistas e profetas da chuva: conhecimentos, práticas e políticas da atmosfera*. Editora Terceiro Nome, 2017, 240p.